

VOTAR PARA MUDAR DE RUMO

PELO PROGRESSO E O DESENVOLVIMENTO PELOS TRABALHADORES E PELO PAÍS

As eleições para a Assembleia da República e para as Autarquias Locais realizam-se num quadro de progressivo descontentamento e crescente protesto social, em que emerge e é preciso reforçar a mobilização dos trabalhadores e da sociedade na exigência de políticas que travem o desemprego e criem novo emprego com direitos, que garantam a protecção social e valorizem o Estado Social, como pilares fundamentais de uma política de desenvolvimento económico e de progresso social.

Os sacrifícios a que os trabalhadores e a maioria do povo português têm sido sujeitos, têm gerado sentimentos de indignação, de descrença e até de desesperança que é preciso vencer para se construir um futuro melhor.

As eleições, em Democracia, constituem uma oportunidade de agir pela mudança e transformação. É preciso e vale a pena votar.

BASTA DE POLÍTICAS ERRADAS E INJUSTAS

Os principais problemas estruturais do país mantiveram-se e alguns agravaram-se na legislatura que agora termina. Os impactos da crise internacional acrescentaram mais dificuldades. De facto, o sector produtivo enfraqueceu-se, o país está mais endividado e também mais dependente. A promessa de José Sócrates de criar mais e melhor emprego esfumou-se, e temos hoje uma das mais altas taxas de desemprego depois do 25 de Abril e há perigos reais de prosseguir o seu agravamento. A precariedade atinge cerca de ¼ dos trabalhadores no activo, penalizando de forma particular os jovens. A obsessão pelo cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento teve como consequência pesados sacrifícios para os trabalhadores e outras camadas da população. Os salários e as pensões de grande parte dos portugueses perderam poder de compra. A pobreza e as desigualdades atingem proporções preocupantes, que condicionam o desenvolvimento do País.

A legislação do trabalho foi agravada com a revisão do Código do Trabalho em 2009 e com as alterações específicas relativas à Administração Pública.

Os trabalhadores e as trabalhadoras foram especialmente afectados nos seus direitos e garantias, enquanto os grandes grupos económicos e financeiros continuam a apresentar lucros avultados, que são canalizados para os interesses particulares dos grandes accionistas, em vez de serem orientados para incrementar o desenvolvimento de novas actividades e novas empresas, que criem mais e melhor emprego e produzam bens e serviços úteis ao desenvolvimento da sociedade portuguesa.

O Estado Social foi enfraquecido em áreas fundamentais, a justiça é mais injusta e dualista, aumentou o compadrio e a corrupção. Os recursos financeiros não são disponibilizados para garantir toda a protecção no desemprego, mas usa-se o

Orçamento de Estado para proteger financeiramente banqueiros e patrões, que muitas vezes fizeram gestão fraudulenta e danosa, em favor dos seus interesses específicos e das fortunas pessoais.

Entretanto, as forças políticas de direita (o PSD e o PP), no fundamental das suas propostas, tornam claro que pretendem recuperar ou aprofundar políticas neoliberais que são a origem dos problemas: insistem na velha receita do menos Estado, melhor Estado, para o colocar ao serviço do capital; quanto às políticas sociais perspectivam ofensivas, designadamente, contra a segurança social, o Serviço Nacional de Saúde. Pretendem convencer os portugueses que distribuirão mais e melhor diminuindo as receitas. Não acreditamos que venha deste lado um novo milagre das rosas!

Para os trabalhadores, não há soluções políticas à direita nem com políticas de direita!

POR UMA POLÍTICA ALTERNATIVA

Para a CGTP-IN é tempo de pôr fim a esta política que põe em causa o desenvolvimento do país, que corrói o tecido social, agrava as desigualdades esconde o protesto e calunia as justas reivindicações dos trabalhadores.

A saída da crise e a resposta aos problemas estruturais do país impõem uma alteração de fundo quanto ao modelo de sociedade e exigem que se rompa com as políticas de direita. Ao mesmo tempo é indispensável a adopção de políticas alternativas que viabilizem um modelo de desenvolvimento socialmente justo, capaz de assegurar emprego de qualidade e uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

O progresso e desenvolvimento de que o país precisa exige a preservação e o reforço das políticas sociais, indissociáveis de um modelo social avançado, que incorpore nos seus elementos constitutivos fundamentais: o reconhecimento dos direitos laborais e sociais e a sua efectivação; a valorização do trabalho e a dignificação de quem trabalha; o exercício do diálogo social e a garantia do direito constitucional de contratação colectiva, como elemento regulamentador e regulador e componente fundamental do progresso das relações de trabalho.

O País e os trabalhadores precisam, de uma nova política que responda aos problemas com que são confrontados e não do prosseguimento das políticas que têm sido seguidas sustentadas em práticas arrogantes e impositivas, venham elas de maiorias de um só partido, ou de velhas coligações, em que os seus mentores e estratégias apenas têm como objectivo assegurar, para si, o poder em que se instalaram há décadas, usurpando direitos e destruindo a esperança à esmagadora maioria dos cidadãos.

10 EIXOS PARA UMA VIDA MELHOR

A CGTP-IN, com a convicção de que a mudança de políticas se inicia e desencadeia a partir da vontade e da determinação, designadamente, dos trabalhadores, reclama a assumpção de compromissos sérios de governação que assegurem a concretização de 10 eixos estratégicos com:

- A criação de emprego estável e com direitos, que combata o desemprego e a precariedade; dinamize as actividades produtivas, nomeadamente de bens e

serviços úteis ao desenvolvimento da sociedade; assegure uma intervenção determinante do Estado nos sectores estratégicos;

- A garantia do direito constitucional de contratação colectiva, de acordo com os princípios constitucionais e as normas da OIT;
- A valorização do trabalho e dos direitos dos trabalhadores como factores de progresso e desenvolvimento social, nomeadamente através da revisão das normas gravosas da legislação laboral do sector privado e da Administração Pública;
- O combate à precariedade e a promoção da estabilidade de emprego;
- O alargamento do acesso ao subsídio de desemprego para que mais desempregados possam ser abrangidos por esta prestação;
- O aumento real dos salários e das pensões assim como do SMN de modo a alcançar os 500€ em Janeiro de 2011 e os 600€ em 2013;
- O reforço da solidariedade, promovendo a coesão social e combatendo as desigualdades;
- O reforço dos serviços públicos e da protecção social;
- A reorientação das políticas económicas, através da reconsideração urgente dos critérios do Pacto de Estabilidade e Crescimento e de uma profunda alteração da “Estratégia de Lisboa”;
- Um sistema fiscal mais equitativo em simultâneo o combate à fuga e evasão fiscal e a eliminação dos paraísos fiscais.

VOTAR PARA DEFENDER OS DIREITOS, PROMOVER OS INTERESSES DOS TRABALHADORES E ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

A luta intensa concretizada pelos trabalhadores nos locais de trabalho, nos sectores, nas regiões e nas grandes manifestações nacionais contra as práticas patronais violadoras dos direitos dos trabalhadores e contra as políticas negativas prosseguidas pelo actual Governo, contribuíram decisivamente para um forte sentido de mudança, expresso nos resultados das últimas eleições para o Parlamento Europeu, e reforçaram a esperança e confiança de que é possível e necessário encontrar caminhos alternativos. Ninguém se deve abster!

O voto dos trabalhadores nas urnas assume-se como um valioso instrumento para dar continuidade a essa luta.

Votar é um direito e um dever fundamental para dar vida à Democracia.

A CGTP-IN exorta os trabalhadores e trabalhadoras, assim como os seus familiares, a participarem activamente nas próximas eleições, contribuindo com o seu voto para defenderem os seus interesses e direitos, para condenarem políticas seguidas nesta legislatura, para rechaçarem as propostas da Direita e as políticas neoliberais venham de onde vierem, para reforçarem a Democracia, para criarem condições políticas que permitam a mudança necessária.

Mais deputados e mais autarcas que se identifiquem com os direitos e os interesses dos trabalhadores, com as propostas dos sindicatos e da CGTP-IN, reforçarão a luta por uma mudança de rumo na vida nacional.